

## **PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS**

A discussão de um paradigma de educação inclusiva no Brasil, não pode ser descontextualizada da realidade histórica vivida, demonstrando grandes números de profissionais da educação despreparos para lidarem com as características específicas dos portadores de necessidades especiais.

Diversas leis foram publicadas com o intuito de garantir a qualidade da educação para todos, incluindo as crianças que possuem alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem. A Constituição Federal de 1988 garante atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, recursos humanos capacitados, materiais e equipamentos públicos adequados em escola próxima à sua residência. Ferreira(1999, p.44-7), esquematiza algumas propostas fundamentais sobre o processo de alfabetização inicial.

- Restituir a língua escrita seu caráter de objeto social;
- Desde o início (inclusive na pré-escola) se aceita que todos na escola podem produzir e interpretar escritas, cada qual em seu nível;
- Permite-se e estimula-se que as crianças tenham interação com a língua escrita, nos mais variados contextos;
- Permite-se o acesso o quanto antes possível à escrita do nome próprio;
- Não se supervaloriza a criança, supondo que de imediato compreendera a relação entre a escrita e a linguagem;

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº9394/96) também defende o atendimento educacional especializado para alunos surdos na rede regular de ensino. Acredita-se que alunos surdos e aqueles que possuem alguma dificuldade no processo de ensino aprendizagem não conseguem encontrar uma escola capacitada para atender esses alunos, devido à divergência entre legislação e prática. As escolas públicas necessitam de professores e equipe pedagógica capacitados, para garantir o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos portadores de necessidades especiais. Assim a inclusão ocorrerá de fato e de direito. Os deficientes auditivos constituem um grupo muito heterogêneo e é necessário que os profissionais envolvidos na educação desse grupo conheçam e considerem suas particularidades para alcançar êxito no processo educacional. Portanto é necessário oferecer-lhes uma educação que promova o pleno

desenvolvimento de suas capacidades, e não se esquecendo de defender os seus direitos constitucionais de uma educação pública e de boa qualidade. Esse processo de integração escolar para surdos deve ser aplicado em todas as escolas. O processo de alfabetização em libras é parecido com os dos ouvintes, pois é utilizado à memorização, e o letramento é através de experiências e da consciência da diferença entre significações do tema aprendido ou compreendido.

Para Magda Soares (2005), a alfabetização ocorre por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, através de atividades de letramento, e esta, por sua vez, só se realiza, efetivamente, por meio da aprendizagem das relações fonema/grafema. É importante ressaltar que os professores e os pais são peças fundamentais no processo de alfabetização dos surdos, assim os alunos surdos devem ser estimulados desde pequenos, para que eles possam estar mais preparados e familiarizados com sinais e terão mais facilidade de aprender a Língua Brasileira de Sinais. Portanto os professores devem estar capacitados para incluir estes alunos junto aos ouvintes na sala de aula, não deixando no fundo da sala de aula, solitário como se fosse uma criança que não tivesse capacidade de ser alfabetizado. Podemos dizer, que os alunos com necessidades especiais auditivas possuem dificuldades assim como os ouvintes, ou seja, a alfabetização é feita através da memorização, logo a professora mostra a figura e mostra o sinal, e dessa forma o aluno surdo vai aprendendo memorizar o alfabeto. As frases são todas verbais, dessa forma uma frase como “Eu gosto de jogar bola” ficaria “Eu gosto jogar bola”. E agindo dessa forma eles vão aprendendo as matérias escolares como os ouvintes. Ferreiro afirma que “nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem” (2000, p.31). O professor não pode, então, se tornar um prisioneiro de suas próprias convicções; as de um adulto já alfabetizado. Para ser eficaz “deverá adaptar seu ponto de vista ao da criança. Uma tarefa que não é nada fácil” (Ferreiro, 2000, p.61).

Assim, o processo de Alfabetização do aluno surdo varia de acordo com cada necessidade do aluno. Segundo Quadros,(2007, p.143), os surdos têm o direito de ser alfabetizados com a libras, sua primeira língua e o português como segunda língua, para ter a possibilidade de se interagir com os ouvintes e toda a sociedade.

*O fato de passar a ter contato com a língua portuguesa trazendo conceitos adquiridos na sua própria língua possibilitará um processo*

*muito mais significativo. A leitura e a escrita podem passar a ter outro significado social se as crianças surdas se apropriarem da leitura e da escrita de sinais, isso potencializará a aquisição da leitura e da escrita do português (QUADROS, 2005,p.33).*

Os surdos enfrentam muitas dificuldades para sobreviverem na sociedade cheia de preconceitos. A falta de comunicação é a principal, sem ela se torna difícil adequar-se ao mundo dos ouvintes. Por isso, devem ser quebradas as barreiras, e assim os surdos sejam alfabetizados em libras, pois Libras é a principal porta de acesso do aluno surdo na sociedade. O domínio dessa língua fará com que ele comesse a ver e entender o mundo e o que se passa ao seu redor, podendo ter uma vida normal como a de pessoas ouvintes. Segundo Machado (2005), o aprendizado possibilita o despertar de processos internos do indivíduo, ligando o desenvolvimento da criança com o ambiente sociocultural em que vive. A desigualdade só poderá ser superada quando os profissionais da educação promover uma ligação entre a cultura surda e a ouvinte no processo de aprendizagem.

*As pessoas surdas enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar e isso decorre da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez acabam sendo prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político-cultural e tem perdas consideráveis no processo de aprendizagem, ficando aquém dos demais colegas da escola. (Tacca e Tunes,2007, p. 11).*

Segundo Soares o letramento muda a maneira do surdo ver o mundo, e transforma sua realidade, esperando que sua vida melhore cada vez mais. Portanto, a alfabetização do surdo tanto na língua materna dele, que é a Libras, como no Português, a língua na qual se comunicam com a sociedade, devem ser respeitadas como um indivíduo diferente apenas e não inferior aos demais.

*O letramento não pode ser considerado um “instrumento” neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente*

*um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais.”*  
(SOARES, 1998, p.75)

Para Magda Soares (1999, p.86) letramento pode ser estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais da leitura e escrita, que circulam na sociedade em que vivem, conjugando-as com as praticas sociais de interação oral.

Alfabetização e letramento acabam tendo o mesmo significado, pois a alfabetização não é vista meramente como habilidade para decodificar e compreender a escrita, mas quando os alunos são ou estão alfabetizados começam utilizar a leitura para que eles criem sua própria cultura. Com tudo o Letramento vem promover e desenvolver os processos mentais, como a superação das dificuldades que aparece em seu dia a dia, e treinar o raciocínio. A alfabetização não deve ser apenas no sentido de decodificação e codificação da língua escrita. Deve alfabetizar letrando o surdo ao mesmo tempo, levando em conta os diversos contextos nos quais as práticas sociais da língua escrita acontecem nas pessoas com necessidades auditivas especiais.

Diante disso podemos dizer que alfabetizar e letrar os alunos com necessidades especiais auditivas é similar ao processo aplicado as pessoas ouvintes, pois ambas são alfabetizadas com a teoria e letradas com as experiências vividas do individuo. A diferença é que o surdo utiliza-se de sinais para se comunicar, então é preciso que se trabalhe muito a memorização. As Libras para os surdos simbolizam a língua falada, tornando-a objeto de interação espontânea e entendimento, que são os requisitos para capacitar uma pessoa como letrada.

A alfabetização da escrita é um processo lento, a professora tem que mostrar figuras e em seguida mostrar os sinais. Muitos alunos surdos terão dificuldade no aprendizado, mais isso não significa que os alunos não irão aprender, por isso é importante que os alunos com necessidade especiais auditivos aprendam primeiro a sua língua materna, ou seja, a Libras como diz PEREIRA. (2008, p.208).

*A única forma de assegurar que os textos se tornem significativos para os alunos surdos, é interpretá-los na língua de sinais, em um processo semelhante ao observado na*

*aquisição de uma primeira língua. (apud PEREIRA,2008, pg.208).*

Os pais são peças fundamentais no processo de alfabetização e letramento, porque cada filho com necessidade especial deve ser estimulado desde criança. Os professores devem estar capacitados para propiciar situações de interação desses alunos com os ouvintes na sala de aula, para que os mesmos estejam preparados e familiarizados com sinais, preparando-os para a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais.

Podemos concluir através deste estudo que o processo de inclusão e ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos, nas escolas públicas está em andamento uma vez, que os profissionais percebem a necessidade de maior conhecimento sobre a Língua de Sinais e de adaptação dos métodos de ensino aos portadores de necessidades especiais.

Diante das respostas verificamos que as escolas não estão totalmente adequadas ao processo de inclusão visto que, não tem sala de recursos, instrutores surdos/ouvintes, intérprete suficientes para atender todas as turmas e ainda os professores não têm curso de formação específica na Língua de Sinais. Dessa forma, não há interação entre professor/alunos ouvintes e alunos surdos, pois os dois primeiros desconhecem a Libras, contudo, cabe salientar que, a aprendizagem de Libras pelos profissionais da educação e pelos demais alunos torna-se cada vez mais urgente, não como um mero instrumento para ensinar matérias, mas como parte de uma educação bilíngue. E que os professores não ignorem a diversidade linguística dos surdos, sobretudo de Língua Portuguesa, mas, que vejam com maior atenção e encarem como um desafio, de modo que os surdos possam receber o ensino de que acordo com suas necessidades.

No entanto, o nosso estudo teve por finalidade mostrar a realidade da educação que o nosso município oferece, sendo um município composto de mais de dez escolas estaduais, somente quatro estão aos poucos se adequando para receber alunos com deficiência auditiva, mas ainda observamos que existe uma esperança que a nossa educação seja oferecida para todos sem discriminação, limitações e igualdade para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAURRE, M.M.B. O que revelam os textos espontâneos sobre a representação que faz a criança do objeto escrito. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas-SP: UNICAMP, IEL, 1987.
- ADIRON, Fábio. [www.adiron.com.br/site/index](http://www.adiron.com.br/site/index). Artigo Em defesa da inclusão: ampla, geral e irrestrita. Acessado em 14/07/2008.
- ALBANO, E.C. Da língua à linguagem tocando de ouvido. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- AMIRALIAN, M.L. M. Psicologia do Excepcional. In: Temas básicos de Psicologia. São Paulo: EPU, 1986. v.08.
- BALLABEN, Maria Cecília Guimarães e FARIA, Maria Natália M. Construção do Pensamento Lógico por Crianças com Síndrome de Down. Revista Brasileira de Educação Especial, vol1, nº2, Piracicaba: UNIMEP. 1994.
- BARROS, R.C.R. Alfabetização e contexto. IN: BRAGGIO, S. L. B. Contribuições da linguística para a alfabetização. Goiânia, da UFG, 1995.
- BEIGUELMAN, B. Genética Médica. 2ª ed. São Paulo: EDART, 1981.
- BERNARDINO, Elidéia Lúcia. Absurdo ou lógica? Os surdos e sua produção linguística. Belo Horizonte: editora Profetizando Vida, 2000.
- BELLUGI, U. & KLIMA, E. Properties of visuospatial language. Paper for International Congress: Sign Language Research and Application, Conference. SiegmundPrillwitz(ed) Hamburg, 1990.
- BRASIL, Ministério da Educação e Desporto/Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília-DF: MEC/SEESP, 1994.
- BRITO, Lucinda Ferreira (UFRJ). A língua brasileira de sinais.
- BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.
- CAVALCANTE, K. K.S, CANDEIA, J. T, DUARTE, J. S, SILVA, V. D., PORTO, S. B. N, GIANINI, E. Elaborando proposta curricular para o ensino de libras e língua portuguesa no ensino de surdos. UFGG, 2004.
- CAPOVILLA, Fernando César & RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. 2. ed. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado. Vol. I e II, 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. [www.senac.br](http://www.senac.br) Acesso em 15/07/2008.  
DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.  
[www.proac.uff.br/sensibiliza/index](http://www.proac.uff.br/sensibiliza/index). Acesso em 15/07/2008.

DIAS, Tércia Regina S. & OMOTE, Sadao. Entrevista em Educação Especial: aspectos metodológicos. In: Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. II n. 03. 1995.

DUTRA, Cláudia Pereira, Diferentes olhares sobre inclusão. Secretaria de Educação Especial/MEC, 2005.

FELIPE, Tânia A. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Libras em Contexto: Curso básico/livro do professor estudante. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília. MEC/SEESP, 2001.

FERNANDES, E. Problemas linguísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERNANDEZ, S.M.M. A educação do deficiente auditivo: um espaço de produção de conhecimentos. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação e Humanidades. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

FERREIRA-BRITO, L. Necessidades psico-social e cognitiva de um bilinguismo para o surdo. In: Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, 1989.

\_\_\_\_\_. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FERREIRA-BRITO, Lucinda Ferreira (UFRJ). A língua brasileira de sinais.

[http://www.ines.org.br/ines\\_livros/](http://www.ines.org.br/ines_livros/) 01/12/2007. Acessado em 15/07/2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 3ª ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GESUELI, Z.M. A criança não ouvinte e a aquisição da escrita. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas-SP: unicamp, 1988.

GÓES, M.C.R. A criança e a escrita: explorando a dimensão reflexiva do ato de escrever. In:

GÓES, M.C.R. de & SMOLKA, A L.B. (orgs.). A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas-SP: Papirus, 1993.

\_\_\_\_\_. A linguagem de alunos surdos e a comunicação bimodal. Trabalho de livre docência. Campinas-SP: UNICAMP, 1994.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo, Plexus, 1997.

KOCH, I. G. V. Aquisição da escrita e textualidade. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: UNICAMP, IEL, n.29, p.109-117, Jul/dez, 1995.

LACERDA, C.B.F. de O processo dialógico entre aluno surdo e professor ouvinte: examinando a construção de conhecimentos. In: GÓES; M.C.R; SMOLKA. (orgs.) A significação nos espaços educacionais: interação social e subjetivação. Campinas-SP: Papirus, 1997.

LEITE. Tarcisio de Arantes, O Ensino da Segunda Língua em foco no professor: História Oral de Professores Surdos de Língua de Sinais Brasileira (revista) Dissertação de Mestrado, PUC, 2004.

LODI, Ana Cláudia B., HARRISON, Kathryn, M.P., CAMPOS, Sandra R.L. de e TESKE, Ottmar (orgs). Letramento e minorias. Porto Alegre-RS: Mediação, 2002.

MARCHESI. A. Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas. In: COLL,

PALACIOS, MARCHESI (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre-RS; Artes Médicas, 1995.

MAZZOTA, M.J.da S. Educação Escolar: Comum ou Especial? São Paulo: Ed. Pioneira, 1987.

MAZZOTTA, M. J. Fundamentos da educação especial. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

MEC/SEESP (1994) Plano Nacional de Educação Especial. Brasília.

PEREIRA, O. Educação Especial: Atuais Desafios. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

PEREIRA, Marilú Mourão. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior: UNIrevista - Vol. 1, nº 2: (abril 2006).

PERLIN, Gladis, STROBEL, Karin. Fundamentos da Educação Surda: artigo 2006. Acessado em 17/07/2008.

QUADROS, R.M. Organizadora, Estudos Surdos I, Série Pesquisas, Petrópolis RJ: Editora Arara Azul 2006, 184p.

QUADROS, R.M. As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na LIBRAS e reflexos no processo de aquisição. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras e Artes. RS, PUCRS, 1995.

\_\_\_\_\_ Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1997.

RAMPELOTTO, E.M. Processo e produto na educação de surdos. Dissertação de Mestrado. Santa Maria-RS: UFSM-RS, 1993.